

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.556.136 - GO (2019/0226574-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : **CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D**
ADVOGADOS : **JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - GO051175**
 GUILHERME ALVES TAVARES - GO043013
 CLAUDIO JORGE MACHADO E OUTRO(S) - GO051176
 JOEL COSTA DE SOUZA - GO051177
AGRAVADO : **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**
ADVOGADO : **JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS E OUTRO(S)**
 - SP273843

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D**, em face de decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, objetivou reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim ementado (fl. 323, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REGRESSIVA. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. DANOS ELÉTRICOS RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DIALETICIDADE. I. Em obediência ao princípio da dialeticidade, deve a parte recorrente demonstrar o desacerto da sentença atacada, mediante impugnação específica das razões de decidir. II. Conforme a jurisprudência deste Tribunal, tratando-se de ação regressiva da seguradora contra empresa fornecedora de energia elétrica, a relação estabelecida entre as partes é de consumo, haja vista que a empresa apelada sub-rogou-se nos direitos do segurado. III. As concessionárias de serviço público respondem objetivamente pelos danos causados aos seus consumidores. Necessário, para tanto, a comprovação de três elementos, quais sejam: ação ou omissão da concessionária; ocorrência de dano indenizável; e, por fim, o nexo de causalidade entre o ato ou a omissão e o prejuízo efetivamente sofrido. IV. Somente pode ser excluída ou atenuada mediante culpa exclusiva da vítima, caso fortuito, força maior e fato exclusivo de terceiros, excludentes não configuradas no caso concreto. V. Tem-se por irrelevante a não comunicação dos danos à concessionária de serviço público, nos termos da resolução da ANEEL nº414/2010, porquanto a norma faz referência ao procedimento a ser adotado pelo consumidor proprietário dos equipamentos danificados, e não da seguradora dos bens, a qual sub-rogou-se nos direitos do segurado. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA EM PARTE E NESTA IMPROVIDA.

Nas razões do recurso especial (fls. 328-350, e-STJ), a insurgente alega ofensa aos artigos 186, 393, 927 do Código Civil; 373, I, do CPC/15; 12, § 3º, III, e 14, § 3º, II, do CDC.

Sustenta, em síntese: **a)** cerceamento de defesa, ante a imprestabilidade da documentação apresentada pela parte autora para comprovar o seu direito; **b)** excludente de responsabilidade civil, alegando ausência de nexo de causalidade; **c)** a parte autora não comprovou suas alegações.

Contrarrazões às fls. 361-407, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 444-445, e-STJ), negou-se processamento ao recurso.

Daí o agravo (fls. 448-469, e-STJ), em que a recorrente impugna a decisão agravada.

Contraminuta às fls. 478-487, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. A insurgente aponta ofensa aos artigos 186, 393, 927 do Código Civil; 373, I, do CPC/15; 12, § 3º, III, e 14, § 3º, II, do CDC, sustentando cerceamento de defesa, ante a imprestabilidade da documentação apresentada pela parte autora para comprovar o seu direito, bem assim que a autora não comprovou suas alegações. Alega, ainda, excludente de responsabilidade civil sob o argumento de não ter sido caracterizado o nexo de causalidade.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fls. 319-321, e-STJ):

Na espécie, **verifica-se que acompanharam a peça inicial: extratos dos sinistros ocorridos formulado perante a seguradora, Laudos Técnicos, orçamento e dados do pagamento.**

Tais documentos, a meu ver, corroboram com a tese trazida na exordial, quanto aos danos ocorridos nos equipamentos dos segurados. Ademais, os laudos técnicos elaborados indicam que os defeitos dos aparelhos ocorreram em virtude de uma forte oscilação de energia e também por uma descarga elétrica, pelo que entendo haver comprovação dos fatos constitutivos da parte autora/apelada.

Forçoso consignar que não merece prosperar a alegação da recorrente de que a documentação apresentada pelo recorrido foi elaborada de maneira unilateral, sem oportunidade de contraditório da recorrente, porquanto houve apresentação de contestação, momento em que poderia se insurgir contra as provas juntadas na inicial, o que, contudo, não o fez na oportunidade, vez que não impugnou as provas de forma expressa.

Lado outro, malgrado a Resolução nº414/2010 da ANEEL em seu artigo 204 disponha que o consumidor tem o dever de comunicar à concessionária de energia acerca do sinistro ocorrido, tal exigência não se aplica à seguradora dos bens, que, por sua vez, apenas cumpriu a sua obrigação, sub-rogando-se no direito do segurado. Sobre o tema, colhe-se o aresto jurisprudencial:

(...)

Além do mais, imperioso ressaltar que **a apelante não foi capaz de demonstrar a ocorrência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora (art. 373, II, do CPC), que revelariam a ocorrência de força maior, culpa exclusiva da vítima ou fato de**

terceiro, hipóteses em que restaria afastada a responsabilidade objetiva.

Desse modo, comprovado o nexo de causalidade entre a conduta da concessionária apelante e o resultado danoso acarretado ao segurado, emerge daí, sem sombra de dúvida, o dever da concessionária ao ressarcimento colimado. A propósito:

(...). [grifou-se]

Como se vê, o órgão julgador, à luz dos princípios da livre apreciação das provas e do livre convencimento motivado, tendo como base o acervo fático probatório dos autos, concluiu expressamente que houve a comprovação dos fatos constitutivos da parte autora (fl. 319, e-STJ) e que "a apelante não foi capaz de demonstrar a ocorrência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora" (fl. 320, e-STJ) e entendeu configurada a responsabilidade da concessionária pelos danos acarretados ao segurado.

Extraí-se, ainda, do julgado, que a Corte Estadual rejeitou o alegado cerceamento defesa ao constatar que houve apresentação de contestação pela concessionária, que não impugnou as provas de forma expressa (fl. 320, e-STJ).

Na hipótese, verificar se o acervo probatório foi ou não suficiente para embasar o *decisum* atacado, se a parte autora comprovou os fatos constitutivos de seu direito ou aferir a ocorrência de excludente de responsabilidade, segundo as razões vertidas no apelo extremo, a fim de desconstituir as conclusões a que chegou o órgão julgador, demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória, providência esta que é inadmissível na estreita via do recurso especial, consoante o enunciado da Súmula 7 do STJ.

No mesmo sentido, transcrevem-se precedentes desta Corte:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. TAXAS CONDOMINIAIS. EXCESSO DE COBRANÇA NÃO COMPROVADO. MODIFICAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO DESPROVIDO. **1. Revela-se inviável alterar, tendo em vista o óbice da Súmula 7 do STJ, o entendimento da Corte estadual que, analisando o conjunto fático-probatório dos autos, concluiu que o agravante, a quem incumbia o ônus probatório na espécie (CPC/73, art. 333, II), não trouxe prova de que o desconto tido por antecipação de pagamento configurava encargo moratório, bem como do alegado caráter abusivo da cobrança perpetrada pelo condomínio agravado.** 2. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 873.608/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/06/2016, DJe 01/07/2016) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA. 1. As questões devidamente postas à discussão foram dirimidas pelo Tribunal de origem de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, devendo ser afastada a alegada violação ao artigo 535 do CPC/73. Consoante entendimento desta Corte, não importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adota para a resolução da

causa fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pela recorrente, decidindo de modo integral a controvérsia posta. **2. Esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que o julgador não está obrigado a decidir a questão de acordo com o entendimento das partes, mas sim conforme sua orientação, podendo conferir maior prestígio a uma prova em detrimento de outra e deliberar acerca da necessidade de produção de outras provas, em atenção ao princípio da livre apreciação da prova e do livre convencimento do juiz. Rever as conclusões do órgão julgador quanto à valoração das provas dos autos esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.** 3. A matéria inserta nos artigos 300 e 302 do CPC/73 não foi objeto de discussão no acórdão recorrido e, também não poderia, por não ter sido posta à apreciação do Tribunal *a quo* nos embargos de declaração opostos pela insurgente. Ausência de prequestionamento. Incidência das Súmulas 282/STF e 211/STJ. 4. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 191.804/ES, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 06.03.18, Dje 13.03.18) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. 1. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE CAUSA EXCLUDENTE DA RESPONSABILIDADE. ALTERAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. 2. DANO MORAL. VALOR INDENIZATÓRIO. FIXAÇÃO COM RAZOABILIDADE. 3. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015. NÃO INCIDÊNCIA, NA ESPÉCIE. 4. HONORÁRIOS RECURSAIS. AGRAVO INTERNO. NÃO CABIMENTO. 5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. Tendo o Tribunal de origem concluído pela presença dos requisitos ensejadores do dano moral, pela aplicação da responsabilidade objetiva da concessionária de energia elétrica e pela ausência de causa de excludente de responsabilidade, a revisão de tais entendimentos não está ao alcance desta Corte, por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta instância especial, nos termos da Súmula 7/STJ. 2. (...). 5. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1.525.926/MA, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 11.11.19, DJe 21.11.19) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL. CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA AFASTADA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ACÓRDÃO QUE DECIDIU A LIDE COM APOIO NAS PROVAS E FATOS COLIGIDOS NOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Compete às instâncias ordinárias exercer juízo acerca das provas produzidas, haja vista sua proximidade com as circunstâncias fáticas da causa, cujo reexame é vedado em âmbito de recurso especial. Incidência da Súmula 7 do STJ. 2. A Corte *a quo*, com base nas provas carreadas aos autos, concluiu pela responsabilidade objetiva da concessionária

de energia elétrica e afastou a culpa exclusiva da vítima. A revisão do julgado demandaria a incursão nos elementos fático-probatórios aportados aos autos, o que encontra óbice na Súmula 7 desta Corte Superior. 3. Ao firmar a conclusão acerca do valor da indenização, o Tribunal recorrido tomou em consideração os elementos fáticos carreados aos autos. Incidência da Súmula 7 do STJ. 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 384.092/ES, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 22.10.13, DJe 28.10.13) [grifou-se]

Com efeito, na forma da jurisprudência desta Corte, portanto, aferir se as provas são suficientes ou se parte se desincumbiu ou não do ônus probatório, bem como analisar a existência da apontada violação aos dispositivos legais citados, como pretende a recorrente, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte ante o óbice da Súmula 7 do STJ.

2. Do exposto, conheço do agravo para **negar provimento** ao recurso especial e, com fulcro no artigo 85, § 11, NCPC, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários sucumbenciais fixados pelo Tribunal de origem em favor da parte ora agravada.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator